UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

INGRID GEOVANA PEREZ PAVAN

SUSTENTABILIDADE E O PLANEJAMENTO PLURIANUAL DE MATO GROSSO DO SUL: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A ESTRATÉGIA ESG

PONTA PORÃ
2024

INGRID GEOVANA PEREZ PAVAN

SUSTENTABILIDADE E O PLANEJAMENTO PLURIANUAL DE MATO GROSSO DO SUL: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A ESTRATÉGIA ESG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Unidade Universitária de Ponta Porã, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas.

Orientadora Profa. Dra. Eliana Lamberti

PONTA PORÃ

2024

INGRID GEOVANA PEREZ PAVAN

SUSTENTABILIDADE E O PLANEJAMENTO PLURIANUAL DE MATO GROSSO DO SUL: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A ESTRATÉGIA ESG

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado e aprovado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Ponta Porã.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliana Lamberti – presidente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. José Roberto Lunas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Me. Fábio Miguel Gonçalves da Costa
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Ficha catalográfica

P362s Pavan, Ingrid Geovana Perez

Sustentabilidade e o planejamento plurianual de Mato Grosso do Sul : aproximações a partir da integração regional e a estratégia ESG / Ingrid Geovana Perez Pavan. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2024.
24 p.

Artigo Científico (Bacharelado) – Ciências Econômicas – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.
Orientadora: Profa. Dra. Eliana Lamberti.

1. Sustentabilidade 2. Plano plurianual - Mato Grosso do Sul 3. Integração regional I. Lambertti, Eliana II. Título

CDD 23. ed. - 338.98171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Bruna Peruffo Vieira – CRB 1/2959

SUSTENTABILIDADE E O PLANEJAMENTO PLURIANUAL DE MATO GROSSO DO SUL: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A ESTRATÉGIA ESG

Ingrid Geovana Perez Pavan

Resumo: Este artigo explora a relação entre integração regional e sustentabilidade no contexto do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 de Mato Grosso do Sul. O estado se destaca como ponto estratégico na América do Sul, especialmente devido à Rota Bioceânica, que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico, fomentando comércio e cooperação transnacional. A análise enfatiza o papel do modelo ESG (Ambiental, Social e Governança) como ferramenta central para alinhar crescimento econômico, preservação ambiental e responsabilidade social. Utilizando uma metodologia qualitativa e exploratória, o estudo avalia as perspectivas do PPA e seus impactos no desenvolvimento sustentável e na integração regional, destacando os desafios e as oportunidades de promover progresso econômico equilibrado e coesão social no cenário sul-americano.

Palavras-chave: Integração regional; Sustentabilidade; Plano Plurianual (PPA); Environmental, Social and Governance (ESG).

1. INTRODUÇÃO

A consolidação da integração regional como um fator estratégico para o progresso econômico e social na América do Sul tem sido alcançada, principalmente por meio de ações como a Rota de Integração Latino-Americana (RILA) e o Corredor Bioceânico. A Rota de Integração Latino-Americana (RILA) é um projeto de integração regional que tem como objetivo conectar os países sul-americanos por meio de vários corredores logísticos, fomentando o comércio e a competitividade na região. Por outro lado, o Corredor Bioceânico representa um trajeto específico que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico, atravessando Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, com o objetivo de diminuir os custos e transações do comércio entre continentes. Embora o RILA tenha um alcance mais extenso e várias rotas, o Corredor Bioceânico se concentra em uma ligação estratégica entre os dois oceanos. Esses programas têm como objetivo intensificar as relações entre as nações da região, incentivar o comércio, a mobilidade e a colaboração a nível transnacional. Devido à sua posição geográfica

privilegiada, Mato Grosso do Sul se destaca como um ponto crucial neste processo, com potencial para se tornar um elo na ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

Paralelamente, a sustentabilidade tem sido estabelecida como um princípio essencial nas agendas públicas e privadas, sendo incorporada às estratégias de planejamento através da proposta ESG ([i]Environmental, Social, and Governance[1]). Este modelo não apenas ressalta a necessidade de harmonia entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, como também enfatiza a relevância de uma gestão ética e socialmente responsável.

No âmbito do planejamento governamental, o Plano Plurianual (PPA[2]) de Mato Grosso do Sul para o período de 2024 a 2027 inclui a sustentabilidade como pilar de suas políticas públicas, com ênfase em iniciativas externas para a integração regional e o desenvolvimento das potencialidades econômicas da região. O Plano Plurianual (PPA) apresenta uma estratégia que busca harmonizar os interesses econômicos e sociais do estado com as metas de sustentabilidade, fomentando um desenvolvimento estável e resistente.

Portanto, este estudo examina a aproximação teórica entre integração regional e sustentabilidade, focando nas orientações e estratégias determinantes pelo PPA 2024-2027. Através de pesquisa exploratória, examinam-se esses elementos no contexto de Mato Grosso do Sul e no reforço das relações regionais no cenário sul-americano. De modo detalhado, este estudo adota uma metodologia qualitativa, buscando entender as relações entre integração regional, sustentabilidade e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 no cenário do estado de Mato Grosso do Sul. O estudo, portanto, tem como objetivo mapear conceitos teóricos e práticos ligados à integração regional e à sustentabilidade, bem como detalhar as diretrizes e estratégias propostas no PPA.

Os dados foram coletados a partir de duas fontes principais. As fontes primárias consistiram na análise de documentos governamentais, como o PPA 2024-2027 e legislações estaduais relacionadas à integração regional e sustentabilidade, disponíveis no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Já as fontes secundárias incluíram a revisão bibliográfica de artigos científicos e dissertações pertinentes aos temas de integração regional, desenvolvimento sustentável e ESG. Para isso, foram utilizadas bases de dados acadêmicas como o Portal de

---

[1] Tradução: Meio Ambiente, Social e Governança.
[2] Sobre a institucionalização deste recurso de planejamento público, sugere-se a leitura de Dias e Lamberti (2022).

Periódicos da Capes, além de publicações específicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e periódicos especializados, como a Revista Interações[3] e Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional[4].

A avaliação dos dados foi feita em duas fases fundamentais. Na fase inicial, a revisão de literatura possibilitou a organização das principais contribuições teóricas sobre integração regional e sustentabilidade, dando ênfase especial ao papel de Mato Grosso do Sul no cenário sul-americano. Estudos que abordam o efeito da Rota Bioceânica e do modelo ESG foram priorizados. Na segunda fase, procedeu-se à análise documental das diretrizes e objetivos definidos no PPA 2024-2027, classificando as medidas previstas e evidenciando pontos fracos e fortes.

As fontes utilizadas foram selecionadas com base em critérios como relevância temática, autoridade acadêmica, atualidade e acessibilidade. Assim, priorizaram-se materiais pertinentes ao contexto de Mato Grosso do Sul, publicados em periódicos e editoras de relevância reconhecida, com ênfase em estudos recentes, mas incluindo também obras clássicas sobre o tema. Para garantir acesso integral às informações, foi dada preferência a documentos e artigos disponíveis em formato digital.

Este estudo, com base na análise de documentos governamentais e estudos sobre temas como a Rota Bioceânica e o modelo ESG, apresenta reflexos de como essas iniciativas podem colaborar para a construção de um desenvolvimento sustentável na região. As conclusões abordam os principais desafios e oportunidades observados, além de refletir sobre as estratégias necessárias para promover um equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e coesão social.

2. ALGUMAS CONEXÕES ENTRE INTEGRAÇÃO REGIONAL E SUSTENTABILIADE: RILA E ESG

[3] Esta revista está vinculada ao Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Disponível em: https://interacoes.ucdb.br/interacoes

[4] Esta revista está vinculada ao Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - UNITAU (SP). Disponível em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr

O conceito de integração regional é frequentemente apresentado no cenário de economias emergentes, particularmente na América do Sul, no qual as iniciativas como a Rota de Integração Latino-Americana (RILA[5]) e o Corredor Bioceânico ganham destaque. Segundo Braga (2002), a integração regional, vista sob a ótica do "regionalismo aberto", visa incrementar a competitividade econômica por meio da colaboração entre as nações participantes, enfrentando obstáculos comerciais e incentivando a entrada no mercado internacional. Esta estratégia valoriza não apenas a eficácia econômica, mas também o estabelecimento de sinergias produtivas regionais.

Fontoura, Tenório e Allebrandt (2023) ressaltam que as teorias criadas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) desempenham um papel crucial no desenvolvimento de políticas para diminuir as desigualdades estruturais na região. Este estudo se desenvolveu para incluir elementos sociais e ambientais, ampliando a demanda por políticas unificadas que fomentem a igualdade e a unidade regional. Essas ações são fundamentais para fortalecer a integração produtiva e ajustar as estratégias de desenvolvimento regional[6] às dinâmicas mundiais.

A sustentabilidade ocupa um lugar central nos debates atuais sobre planejamento e desenvolvimento. A expressão ESG tem se tornado conhecida como um modelo que combina práticas de negócios responsáveis com metas de desenvolvimento sustentável. Costa e Ferezin (2021) defendem que o ESG simboliza uma mudança de abordagem apenas nos resultados financeiros para uma perspectiva mais equilibrada, levando em conta aspectos ambientais, sociais e de governança como alicerces fundamentais para a longevidade e a resiliência das organizações.

Mendes (2010) destaca que a análise da sustentabilidade deve ser multidimensional, contemplando elementos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos. Esta perspectiva unificada é vital para garantir que o desenvolvimento econômico não prejudique os recursos naturais e atenda às demandas das próximas gerações. Assim, as práticas ESG estão

---

[5] Sobre a Rila, sugere-se a leitura de Fialho (2024).

[6] A temática do desenvolvimento na perspectiva regional é ampla tanto que constitui objeto de estudo de várias áreas do conhecimento. Do ponto de vista regional, destacam-se as pesquisas no âmbito stricto sensu ofertado pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) disponíveis em: https://www.uems.br/ppg/ppgdrs.

sendo progressivamente integradas às políticas públicas e privadas, alinhando-se aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

No âmbito das políticas governamentais, o Plano Plurianual (PPA) de Mato Grosso do Sul evidencia a combinação entre sustentabilidade e planejamento estratégico. A apreciação de iniciativas como o Corredor Bioceânico destaca a função do estado como elo entre os mercados do Atlântico e do Pacífico. Arguelho, Loubet, de Eugenio e Borge (2023) destacam que o potencial econômico da Rota Bioceânica não se limita à diminuição dos custos logísticos, mas também à exigência de avaliar os efeitos ambientais e sociais de grandes projetos de infraestrutura.

Neste contexto, é salutar adotar uma estratégia que inclua a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para que a integração regional seja sustentável. De acordo com Arguelho Loubet, de Eugenio e Borge (2023), essa abordagem possibilita uma avaliação unificada dos efeitos cumulativos, favorecendo um equilíbrio entre as vantagens econômicas e a segurança do meio ambiente. Ao destacar a sustentabilidade como eixo estruturante, o PPA 2024-2027 indica um compromisso com políticas que promovam o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que atenuam os efeitos sociais e ambientais.

A governança[7] tem um papel fundamental na execução de práticas de sustentabilidade e integração. Botelho de Mesquita (2023) observa que empresas que implementam práticas ESG avançadas mostram maior resiliência e comprometimento com objetivos de longo prazo. No âmbito público, os estímulos financeiros e normativos, como os estabelecidos no PPA, têm o potencial de incentivar a adoção dessas práticas e intensificar a cooperação entre os setores públicos e privados.

Conforme Constantino, da Costa, Bolson e Mendes (2023), o fortalecimento da economia de Mato Grosso do Sul está intrinsecamente ligado à integração regional e à formação de cadeias produtivas sustentáveis. Estes autores ressaltam que o aprimoramento da

[7] Por governança, destacamos o conceito destacado por Araújo (2019) na perspectiva corporativa que pode ser definida enquanto um mecanismo para se criar regra ou ação coletiva no sentido de definir um novo paradigma de tomada de decisão. O resultado é uma nova prática governamental para a resolução de problemas sociais. O autor também destaca o conceito estabelecido pelo Tribunal de Contas da União que enquadra a governança como um mecanismo de avaliação, direção e monitoramento das estruturas administrativas, cidadãos e partes interessadas do processo de poder e de responsabilidades que objetiva prover sistemas políticos e administrativos de modo a garantir efetividade em suas ações.

infraestrutura pela Rota Bioceânica pode fomentar o crescimento regional, contanto que seja apoiado por políticas públicas sólidas que garantam a sustentabilidade a longo prazo.

3. A ABORDAGEM DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

De acordo com Braga (2002), o esgotamento das políticas de substituição de importações na América Latina, combinado com as pressões geradas pela globalização, forçou a região a reavaliar seus modelos de desenvolvimento econômico nos anos 1990. Nesse cenário, emergiu o conceito de "regionalismo aberto", uma abordagem que buscava integrar os mercados latino-americanos de forma mais competitiva e eficiente no sistema global. Esse modelo defendia a superação do protecionismo tradicional por meio de estratégias que equilibrassem a proteção às indústrias nascentes com a abertura para novos mercados e parcerias. O regionalismo aberto, proposto pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), também pretendia incentivar a modernização das economias locais por meio do uso das economias de escala, da especialização produtiva e da diversificação das exportações.

Desde 1959, a CEPAL havia focado na substituição de importações como principal estratégia de desenvolvimento econômico. Contudo, com as mudanças nos padrões comerciais e a crescente interdependência global, o documento de 1994 da instituição apresentou o regionalismo aberto como uma resposta mais alinhada aos desafios contemporâneos (Braga, 2002; Fontoura, Tenório e Allebrandt, 2023). O objetivo era criar uma economia regional mais transparente e interconectada, eliminando barreiras ao comércio entre os países membros e promovendo a adesão de novos participantes. Essa abordagem procurava aumentar a competitividade da América Latina no cenário internacional, especialmente por meio de avanços tecnológicos e pela colaboração entre empresas nacionais e transnacionais. Assim, a integração regional deixava de ser vista apenas como uma ferramenta de defesa econômica para se tornar um instrumento de transformação estrutural e fortalecimento das economias locais.

Apesar de seu potencial, a implementação prática do regionalismo aberto enfrentou desafios significativos. A reciprocidade foi apontada como um dos maiores entraves para uma integração mais profunda, especialmente no campo da coordenação macroeconômica. As

instabilidades econômicas regionais, agravadas pela ausência de políticas harmonizadas entre os países, expuseram fragilidades estruturais que dificultaram a consolidação do modelo. Para lidar com essas barreiras, a CEPAL sugeriu um processo de integração autônoma, impulsionado por estratégias empresariais inovadoras que pudessem superar os entraves institucionais e promover uma integração produtiva sustentável (Fontoura, Tenório e Allebrandt, 2023).

Fontoura, Tenório e Allebrandt (2023) argumentam que o pensamento da CEPAL evoluiu do estruturalismo clássico, focado na substituição de importações, para o neo-estruturalismo, que reconhece a necessidade de integrar aspectos sociais, ambientais e econômicos no planejamento regional. Essa abordagem multifacetada considera que o desenvolvimento regional deve ser moldado por pactos pela equidade, que respeitem as particularidades locais e promovam a inclusão de diferentes atores sociais. A gestão social é vista como um elemento essencial nesse processo, pois incentiva a participação cidadã e a cooperação entre setores público e privado, garantindo que as políticas públicas sejam adaptadas às realidades locais. Além disso, o neo-estruturalismo[8] enfatiza a coesão regional como um fator-chave para a sustentabilidade econômica e social de longo prazo.

Burnett e Maranhão (2021) reforçam a relevância histórica da CEPAL na formulação de políticas para a América Latina, destacando sua contribuição para a teoria da dependência. Essa abordagem revelou como a estrutura desigual do comércio internacional perpetuava a dependência das economias periféricas em relação às centrais, limitando o crescimento autônomo da região[9].

No âmbito do desenvolvimento sustentável, Betancourt, Santiago e Silva (2023) trazem contribuições relevantes por meio da aplicação do Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável Municipal (IDRSM)[10]. Esse índice permite avaliar as condições de desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul em dimensões como social, ambiental

---

[8] Por neo-estruturalismo entende-se a perspectiva estruturalista da Cepal no contexto do neoliberalismo (leia-se globalização e Consenso de Washington). Sobre este assunto, sugere-se a leitura de Missio e Jayme Jr (2011).

[9] Para ilustrar a preocupação do desenvolvimento regional em âmbito nacional, os autores destacam a contribuição do economista Celso Furtado nesse contexto, especialmente com o Relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, que resultou na criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Esse relatório propunha estratégias para reduzir as desigualdades regionais no Brasil, combinando investimentos em infraestrutura, capacitação e desenvolvimento produtivo. No entanto, desafios estruturais persistem, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrada e sistêmica para enfrentar as desigualdades.

[10] Sobre este indicador, sugere-se a leitura de Dourado Neto et al (2022).

e econômica. Os resultados destacam disparidades significativas entre municípios, com problemas relacionados à gestão institucional e à falta de dados confiáveis. Campo Grande e Dourados, por exemplo, apresentam índices elevados de desenvolvimento social, enquanto localidades menores enfrentam desafios agravados por crises recentes, como a pandemia de COVID-19 e a inflação. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de gestão colaborativa entre os níveis de governo para alcançar um crescimento equilibrado.

A Rota Bioceânica, analisada por Arguelho, Loubet, Eugenio e Borge (2023), é uma iniciativa central no processo de integração regional da América do Sul. Esse projeto busca conectar o Atlântico ao Pacífico, reduzindo custos logísticos, promovendo o comércio e atraindo investimentos para a região. Embora apresente vantagens econômicas, como o aumento da competitividade de produtos e o fortalecimento do turismo local, a construção da rota traz desafios ambientais e sociais que não podem ser ignorados. O aumento do tráfego rodoviário, por exemplo, pode gerar impactos negativos na fauna e flora locais, enquanto o crescimento urbano não planejado pode sobrecarregar a infraestrutura existente. Nesse sentido, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) emerge como uma ferramenta essencial para antecipar e mitigar esses impactos, garantindo que o desenvolvimento econômico seja acompanhado de proteção ambiental e bem-estar social.

Constantino, Da Costa, Bolson e Mendes (2023) destacam que a Rota Bioceânica está transformando o Mato Grosso do Sul em um polo estratégico de logística global. Os investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas, portos e terminais logísticos, estão impulsionando o comércio internacional e diversificando a economia local. Setores como agronegócio e papel e celulose têm se beneficiado diretamente, enquanto o estado se consolida como um importante elo na conexão entre mercados sul-americanos e asiáticos. No entanto, para maximizar esses benefícios, é necessário um planejamento integrado que alinhe os interesses econômicos com as metas de sustentabilidade, promovendo um crescimento equilibrado e resiliente.

Em síntese, a integração regional, aliada a estratégias de sustentabilidade e gestão eficiente, possui o potencial de transformar as economias locais e fortalecer a coesão regional na América do Sul. Contudo, sua implementação exige atenção a desafios estruturais,

ambientais e sociais, destacando a importância de políticas públicas robustas e ferramentas de avaliação estratégica para garantir resultados positivos e duradouros.

4. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DA MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Guimarães e Feichas (2010) examinam os desafios e as possibilidades da criação e aplicação de indicadores de sustentabilidade, destacando a necessidade de ir além dos indicadores econômicos tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB). Segundo os autores, a predominância de métricas puramente financeiras limita a compreensão do desenvolvimento sustentável, pois negligência fatores sociais e ambientais. Eles citam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Pegada Ecológica[11]a como exemplos de tentativas de integrar múltiplas dimensões ao desenvolvimento, mas ressaltam suas limitações. O IDH, por exemplo, não reflete adequadamente as desigualdades sociais, enquanto a Pegada Ecológica não abrange questões de consumo e distribuição de recursos. A análise temporal e comparativa, essencial para políticas públicas, requer ferramentas mais abrangentes.

Para resolver essas limitações, Guimarães e Feichas (2010) sugerem sistemas mais amplos, como a Matriz Territorial de Sustentabilidade e o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS[12]). Apesar da complexidade, esses sistemas permitem uma visão mais completa e personalizada. Os autores enfatizam que a participação comunitária é fundamental na construção desses indicadores, promovendo legitimidade e adaptação às realidades locais. A Matriz Territorial, por exemplo, possibilita que comunidades definam seus próprios indicadores, o que muitas vezes resulta em maior eficiência do que modelos

[11] A pegada ecológica é uma metodologia que mede o impacto do consumo humano sobre os recursos naturais do planeta. Ela é calculada em hectares globais (gha), que representam a área de terra e água biologicamente produtiva necessária para sustentar um determinado estilo de vida. Sobre este tema, sugere-se a leitura de Cidin e Silva (2004).

[12] A Matriz Territorial de Sustentabilidade e o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) são ferramentas que contribuem para o desenvolvimento sustentável. A matriz é uma ferramenta que permite a participação da sociedade, a comparação entre localidades e a união do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento territorial. Os indicadores, por sua vez, fornecem subsídios para o acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, oferecendo um panorama abrangente de informações necessárias ao conhecimento da realidade do País, ao exercício da cidadania e ao planejamento e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. (Guimarães, Feichas, 2010).

padronizados, como o IDH. No entanto, eles alertam que simplificações excessivas podem obscurecer nuances importantes.

Mendes (2010) aborda a sustentabilidade a partir de uma perspectiva multidimensional, defendendo que o equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica, social, cultural, espacial, política e psicológica é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos. Na dimensão ambiental, Mendes argumenta que a preservação dos ecossistemas, a redução da interferência humana e a adoção de tecnologias limpas são fundamentais para manter o equilíbrio dos recursos naturais. Ele também destaca que a dimensão econômica deve priorizar uma distribuição equitativa de riqueza e oportunidades, indo além do simples crescimento econômico, que muitas vezes compromete os limites ecológicos.

Na dimensão social, Mendes (2010) enfatiza a importância de reduzir desigualdades estruturais e garantir acesso equitativo a recursos. Ele também explora a dimensão espacial, que requer um planejamento territorial para evitar a sobrecarga urbana e promover uma integração equilibrada entre áreas rurais e urbanas. A dimensão cultural, segundo Mendes, deve valorizar práticas e identidades locais, promovendo um desenvolvimento que respeite a diversidade histórica e cultural. Além disso, a dimensão política exige maior participação democrática e transparência nas decisões, enquanto a dimensão psicológica foca no bem-estar emocional das pessoas, destacando o impacto de suas percepções e interações com o ambiente.

Costa, Pires Costa, Magera Conceição e Telesi Pacheco (2022) contribuem para o debate sobre o ESG, identificando-o como uma ferramenta estratégica para alinhar práticas empresariais às demandas por sustentabilidade. Esses autores destacam que a adoção do ESG vai além de mudanças operacionais, exigindo uma reavaliação profunda da cultura corporativa. Eles enfatizam que práticas ESG eficazes dependem de cadeias produtivas transparentes, governança ética e um compromisso com questões sociais e ambientais. A implementação bem-sucedida do ESG, segundo os autores, pode aumentar a credibilidade das empresas, atrair investimentos e fortalecer sua resiliência em um cenário global.

Botelho de Mesquita (2023) realiza uma análise empírica comparativa entre duas empresas com níveis distintos de maturidade em ESG. A Empresa A, com uma longa trajetória de práticas sustentáveis, demonstra uma governança sólida, transparência em relatórios e

integração de princípios ESG. Por outro lado, a Empresa B, que iniciou suas práticas recentemente, enfrenta inconsistências e limitações. Mesquita destaca que o sucesso do ESG depende de uma governança robusta e de um compromisso genuíno com a sustentabilidade, em vez de motivações puramente financeiras.

Gomes (2023) investiga as práticas ESG em um contexto de gestão territorial, analisando a recuperação das restingas das praias de Ipanema e Leblon no Rio de Janeiro. Ele enfatiza a colaboração entre setores público e privado, destacando como parcerias podem gerar avanços significativos na preservação ambiental. No entanto, Gomes também aponta desafios, como a necessidade de maior engajamento comunitário e o fortalecimento de políticas públicas. Ele sugere a criação de um aplicativo para facilitar a denúncia de problemas ambientais e promover a conscientização sobre a biodiversidade local, exemplificando como a tecnologia pode ser usada para aumentar a participação cidadã e melhorar a gestão ambiental.

Essas pesquisas ressaltam que a sustentabilidade requer uma estratégia unificada e participativa. Indicadores completos, práticas de ESG e políticas públicas de colaboração são componentes cruciais para lidar com os desafios atuais. Somente através de uma perspectiva sistêmica poderemos estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.

A ABNT PR 2030 é uma prática sugerida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com o objetivo de oferecer orientações às entidades que desejam incorporar os princípios sustentáveis a partir do tripé Meio Ambiente, Social e Governança em suas operações e estratégias. Esta norma tem como objetivo orientar as organizações na implementação de práticas que harmonizem desempenho financeiro, impacto ambiental e responsabilidade social, reforçando sua sustentabilidade e competitividade no mercado.

A ABNT PR 2030 estrutura em três áreas temática principais: Ambiental, Social e Governança. Cada eixo é segmentado em detalhes e critérios específicos, fornecendo uma estratégia minuciosa para a aplicação de boas práticas. Por exemplo, na vertente ambiental, discutem-se questões como a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a administração de resíduos, a preservação da biodiversidade e a economia circular. Por outro lado, o eixo abordagem social diversidade, inclusão, observância dos direitos humanos e saúde

no trabalho. A área de governança concentra-se em elementos como conformidade, transparência, administração de riscos e auditorias internas e externas (ABNT, 2023).

A norma estabelece sete etapas fundamentais para a implementação do ESG numa organização: entender, ter uma estratégia, diagnosticar, elaborar um plano (que inclui materialidade, objetivos, metas e indicadores), executar, avaliar e comunicar os resultados. Este procedimento foi elaborado para garantir a incorporação das ações ESG à cultura da empresa e à estratégia empresarial, fomentando a inovação, a longevidade e uma cadeia de valor sustentável (ABNT, 2023).

Ademais, a ABNT PR 2030 ressalta as fases de maturidade das organizações em relação aos critérios ESG, que vão desde ações básicas até práticas transformadoras, capazes de mudanças relevantes no mercado e engajamento com os stakeholders. Conforme destacado no documento (ABNT, 2023), as empresas que aderem a essas diretrizes têm maior chance de acessar mercados internacionais, atrair investimentos e diminuir riscos operacionais.

A execução dessas práticas exige dedicação das lideranças, supervisão constante e comunicação clara com os específicos. A ABNT PR 2030 fornece um guia estratégico para empresas que desejam adaptar suas atividades aos desafios globais atuais, fomentando um equilíbrio entre lucro financeiro e responsabilidade socioambiental.

5. ANÁLISE DOS INCENTIVOS PÚBLICOS PARA FINS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027 do estado de Mato Grosso do Sul oferece uma perspectiva unificada de desenvolvimento, projetada para fazer do estado um modelo nacional e internacional em prosperidade econômica, inclusão social, sustentabilidade ambiental e inovação tecnológica. Com base no conceito de "Estado inclusivo, próspero, verde e digital", o Plano Plurianual estabelece objetivos e estratégias que englobam diversas facetas do desenvolvimento, incentivando uma administração intersetorial e adequada aos desafios atuais.

A análise do PPA destaca as deficiências estruturais e as oportunidades econômicas e sociais de Mato Grosso do Sul. A dependência dos setores primários, como o agrícola, torna o

estado suscetível às flutuações do mercado global. Também há uma preocupação com a infraestrutura logística, devido à grande dependência de estradas e à escassez de opções multimodais. Além disso, a inclusão social ainda se depara com obstáculos consideráveis, tais como as disparidades regionais e os elevados índices de pobreza infantil, mesmo que o estado possua indicadores superiores à média nacional.

Em contrapartida, o PPA regulamenta diversas possibilidades que estimulam o progresso. A expansão constante do PIB do estado, especialmente na área agrícola, coloca o estado entre os mais ativos do Brasil. A Rota Bioceânica representa uma das estratégias mais significativas, ligando Mato Grosso do Sul aos mercados do Pacífico e diminuindo os gastos logísticos. Além disso, a abordagem na sustentabilidade e inovação proporciona chances de estabelecer o estado como pioneiro em práticas sustentáveis e na criação de valor agregado.

O PPA adota um conceito de desenvolvimento que ultrapassa o crescimento econômico. Ele integra aspectos sociais, ambientais e tecnológicos, evoluindo para a construção de um estado mais inclusivo e sustentável. Esta estratégia está em sintonia com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável, com o objetivo de não apenas melhorar os indicadores econômicos, mas também garantir a qualidade de vida e diminuir as disparidades para todos os indivíduos.

De acordo com o PPA, a função do Estado é fundamental na coordenação, planejamento e implementação das políticas públicas. Ele desempenha o papel de regulador e facilitador de alianças estratégicas, tanto com o setor privado quanto com entidades da sociedade civil. Através da melhoria da governança, o governo estadual visa potencializar a eficácia dos serviços públicos, fomentar a transparência e a responsabilidade, além de estimular o crescimento regional de maneira harmoniosa e sustentável.

A iniciativa privada é vista como um elemento crucial para o alcance dos objetivos do PPA. O programa promove o envolvimento do setor privado em concessões e parcerias público-privadas (PPPs), particularmente em setores como infraestrutura, saneamento e energia. Além disso, o Plano Plurianual ressalta a relevância de as organizações implementarem práticas em consonância com os princípios ESG, fomentando a sustentabilidade e a responsabilidade social. A cooperação entre os setores público e privado é considerada crucial para ampliar a competitividade e diversificar a base econômica do estado.

No PPA, a ciência e a tecnologia são vistas como instrumentos cruciais para agregar valor à produção local e fomentar a inovação. As metas abrangem a implementação de tecnologias sustentáveis, o incentivo à pesquisa aplicada e a atualização da administração pública através da digitalização dos serviços. É essencial fortalecer o ecossistema de inovação, especialmente nos setores de agroindústria e sustentabilidade ambiental, para garantir um crescimento econômico equilibrado e resistente.

A integração regional é uma das prioridades do PPA 2024-2027. Projetos como a Rota Bioceânica são apontados como fundamentais para ampliar a conectividade do estado com mercados globais, aumentando a competitividade das exportações e fortalecendo as cadeias produtivas regionais. Além disso, o PPA enfatiza a importância de promover a cooperação entre os municípios do estado, fortalecendo o municipalismo como uma estratégia para reduzir desigualdades regionais e alavancar o desenvolvimento local.

A estratégia transversal do PPA é o fortalecimento dos sistemas de produção. O projeto promove a diversificação econômica, concentrando-se na industrialização e na diminuição da dependência de commodities. O setor agrícola, vital para o estado, recebe cuidado especial para implementar práticas mais sustentáveis e ampliar sua presença em mercados globais. São consideradas prioritárias as cadeias produtivas de maior valor agregado, como as indústrias de papel e celulose, para estabelecer Mato Grosso do Sul como um polo logístico e produtivo estratégico.

O Plano Plurianual de Mato Grosso do Sul para o período de 2024 a 2027 é um esforço coordenado para lidar com os desafios históricos do estado e aproveitar suas habilidades estratégicas. O Plano Plurianual (PPA) visa fomentar um desenvolvimento equilibrado que concilie crescimento econômico, sustentabilidade e inclusão social. A cooperação entre as ações do governo estadual, do setor privado e das comunidades locais será crucial para o sucesso deste audacioso projeto de mudança.

Quadro 1. Síntese das Metas do Plano Plurianual do Mato Grosso do Sul 2024-2027

Aspectos	Descrição/ metas
Visão de Futuro	Ser um estado inclusivo, próspero, verde e digital.
Geração de Valor Público	**Cidadania Inclusiva**: Garantir dignidade, equidade e justiça social. - **Acesso Universal aos Serviços Públicos**: Qualidade e disponibilidade para todos.

	- **Competitividade e Sustentabilidade**: Desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental. - **Percepção Social Positiva**: Elevar a percepção de valor dos serviços públicos. - **Eficiência Fiscal**: Zelar pela qualidade dos gastos e equilíbrio das contas do Estado.
Eixos Temáticos	- **Desenvolvimento Social**: Ampliar acesso e permanência na educação, fortalecer a saúde e a segurança, promover cidadania e reduzir vulnerabilidades sociais. - **Produção, Competitividade e Integração**: Incentivar a industrialização e diversificação econômica, promover parcerias público-privadas, desenvolver infraestrutura de transporte e gerar empregos através da qualificação profissional. - **Inovação e Sustentabilidade**: Investir em políticas de energia limpa e recursos hídricos, digitalizar os serviços públicos, e aproximar o Estado da condição de "Carbono Neutro". - **Governança e Gestão para Resultados**: Modernizar a gestão pública, aumentar a transparência e o controle das políticas, e promover uma administração eficiente com foco em resultados.
Metas Anuais	As metas e valores são **reavaliados anualmente** conforme os critérios estabelecidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais, mantendo o **equilíbrio financeiro** e a sustentabilidade fiscal.

Fonte: Elaboração própria com base em MATO GROSSO DO SUL (2023).

O Plano Plurianual (PPA) de Mato Grosso do Sul para o período de 2024 a 2027 incorpora princípios de sustentabilidade ao projetar um futuro para um Estado "inclusivo, próspero, verde e digital." O Plano Plurianual (PPA) concentra-se no aprimoramento da educação, saúde, segurança e diminuição das desigualdades, incentivando a sustentabilidade social. Por outro lado, o eixo de Inovação e Sustentabilidade dá prioridade às políticas ambientais, energia renovável e recursos hídricos, com o objetivo de tornar o Estado “Carbono Neutro”. Na área de Produção e Competitividade, o plano promove práticas de agricultura e indústria sustentáveis com o objetivo de contribuir o crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente.

Uma perspectiva que está guiando as ações da gestão estadual vincula-se a proposta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidades (ONU).

FIGURA 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Fonte: IPEA (2019).

Em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030[13], o Plano Plurianual (PPA) reitera seu compromisso com objetivos globais de sustentabilidade, tais como educação de alta qualidade e energia renovável. A administração do plano se baseia na transparência e na sustentabilidade fiscal, buscando alcançar resultados duradouros. Também fomenta a sustentabilidade econômica e ecológica ao fomentar a agricultura familiar e a ciência e tecnologia com o objetivo de reduzir o impacto ecológico do Estado, em conformidade com as práticas de ESG e de responsabilidade social, ambiental e tributária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou aproximar (teórica e documentalmente) a integração regional, a sustentabilidade e a realidade sul-mato-grossense através da proposta ESG e do PPA/MS em vigência (2024-2027). Ao conectar o pensamento cepalino à perspectiva da RILA, foi possível apresentar vários recursos que mensuram e guiam a efetividade da sustentabilidade, como o Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Avaliação Ambiental Estratégica, a

[13] Sobre os ODS, sugere-se a leitura do Trabalho de Conclusão de Curso de Silva (2021).

Pegada Ecológica, a Matriz Territorial de Sustentabilidade. O arremate final ficou por conta da aproximação do PPA aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

De modo conclusivo, podemos fazer algumas afirmações. A análise da integração regional na América Latina demonstra que, apesar dos avanços teóricos e práticos, a implementação de estratégias como o "regionalismo aberto" enfrenta desafios estruturais significativos. A ausência de coordenação macroeconômica eficaz e a dependência de políticas tradicionais limitam a profundidade da integração regional. A CEPAL, ao propor o neo-estruturalismo, trouxe à tona a necessidade de incorporar dimensões sociais e ambientais no planejamento regional, mas as desigualdades entre os países continuam a demandar pactos mais sustentáveis para promover a equidade e a coesão regional.

No contexto brasileiro, iniciativas como o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 de Mato Grosso do Sul mostram como a integração regional e a sustentabilidade podem ser traduzidas em políticas públicas concretas. O foco na Rota Bioceânica evidencia um esforço estratégico para conectar o estado a mercados globais, mas também reforça a importância de avaliações ambientais coerentes para mitigar os impactos sociais e ecológicos. O PPA se destaca ao adotar um modelo "inclusivo, próspero, verde e digital", mas enfrenta o desafio de alinhar crescimento econômico com práticas ESG e metas de sustentabilidade de longo prazo.

A abordagem ESG, conforme discutido, surge como um modelo indispensável para equilibrar a competitividade econômica com a responsabilidade social e ambiental. Porém, sua adoção plena requer não apenas governança eficaz, mas também a construção de indicadores que sejam amplos o suficiente para capturar as complexidades do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os teóricos referenciados apontam caminhos para integrar aspectos culturais, psicológicos e espaciais, complementando as dimensões econômicas e ecológicas.

O estudo da Rota Bioceânica e das estratégias do PPA reafirma que a integração regional deve ser planejada com base em práticas inclusivas e sustentáveis. Projetos de infraestrutura, como os promovidos em Mato Grosso do Sul, podem se tornar modelos para outras regiões, desde que conciliem crescimento econômico com metas ambientais e sociais. Nesse contexto, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é indispensável para evitar desequilíbrios e promover um desenvolvimento mais resiliente.

Para fortalecer a implementação das diretrizes do PPA e garantir o alinhamento entre interesses econômicos e sustentabilidade, é essencial incorporar análises mais abrangentes, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que considera os impactos cumulativos de grandes projetos de infraestrutura. Também é necessário ampliar a integração das políticas públicas entre os níveis estadual e municipal, de modo a reduzir desigualdades regionais e otimizar recursos. O investimento em tecnologias sustentáveis e práticas baseadas em ESG é crucial, especialmente nos setores do agronegócio e da indústria. A criação de parcerias público-privadas (PPPs) pode potencializar projetos alinhados aos objetivos do PPA, com ênfase na inovação tecnológica e na sustentabilidade. Além disso, o desenvolvimento de indicadores claros para monitorar o progresso das metas, aliado à capacitação e inclusão comunitária, pode promover maior participação e governança democrática. A integração regional sustentável também demanda cooperação com países vizinhos, potencializando benefícios econômicos e sociais no contexto do Corredor Bioceânico, com cadeias produtivas regionais mais sustentáveis e justas.

A conexão entre a norma ABNT PR 2030, focada em ESG (Ambiental, Social e Governança), os princípios de sustentabilidade do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Mato Grosso do Sul evidencia uma estratégia para o progresso sustentável. A ABNT PR 2030 estabelece orientações para práticas de negócios éticas e responsáveis, enquanto as dimensões de sustentabilidade propostas ampliam a perspectiva do desenvolvimento ao incorporarem elementos sociais, culturais, econômicos e ecológicos. Por outro lado, o PPA estabelece uma perspectiva estratégica para o Estado, incentivando a inclusão social, a inovação e a prosperidade ecológica, integrando essas orientações em uma política pública tangível.

As dimensões sugeridas pelos diferentes autores podem servir de base para ponderar sobre as metas de sustentabilidade apresentadas pela ABNT PR 2030 e pelo Plano Plurianual (PPA). No contexto social, a norma ABNT PR 2030 e o PPA focam objetivos voltados à redução das desigualdades e ao fomento da justiça social, tópicos que também se relacionam com a ideia de Sachs de uma distribuição justa de renda e acesso aos serviços. A relevância ecológica também é refletida na ênfase dada pela norma em ações de responsabilidade ambiental e nas metas do PPA direcionadas à neutralidade de carbono e ao uso sustentável dos recursos naturais. Em conjunto, esses documentos constroem um modelo de desenvolvimento

que busca o equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Em suma, a integração regional e as práticas ESG oferecem um potencial significativo para transformar economias locais e fortalecer a coesão regional, mas sua implementação depende de políticas públicas integradas e estratégias de governança que levem em conta as realidades locais. O desafio é avançar em direção a um modelo que seja, simultaneamente, inclusivo, sustentável e economicamente viável, promovendo benefícios duradouros para a América Latina e, em particular, para regiões estratégicas como Mato Grosso do Sul.

REFERENCIAS

ARAÚJO, H.S Direito, Desenvolvimento Regional e Governança. Estudo do papel do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019.

ARGUELHO, J. F.; LOUBET, L. F.; DE EUGENIO, C.; BORGE, P. P. **Necessidade de Avaliação Ambiental Estratégica na Rota Bioceânica em Mato Grosso do Sul**. Interações (Campo Grande), *[S. l.]*, v. 24, n. 4, p. e2444167, 2023. DOI: 10.20435/inter.v24i4.4167. Disponível em: https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4167. Acesso em: 16 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Prática recomendada 2030 – Ambiental, Social e Governança (ESG): Conceitos, Diretrizes e Modelos de Avaliação e Direcionamento para Organizações. São Paulo: ABNT, 2023. Disponível em: https://sinproquim.org.br/wp-content/uploads/2023/05/APRESENTACAO-ABNT-PR2030-ESG_Maio23.pdf Acesso em: 5 nov.2024

BETANCOURT, O. J. B., SANTIAGO, E. F., & SILVA, L. F. **Aproximação ao Índice de Desenvolvimento Sustentável nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul.** *Geosul, Revista de Geografia do Sul*, 18(35). Disponível em: https://doi.org/10.55028 Acesso em: 18 jun. 2024.

BOTELHO DE MESQUITA, M**. Uma investigação sobre a governança no contexto das práticas ESG. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)** – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/46cc453e-fdb3-4921-9d0f15538b1b039a/MARINA%20BOTELHO%20DE%20MESQUITA%20PRO2023.pdf Acesso em: 26 jul. 2024.

BRAGA, M. B. **Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da Cepal**. Brazilian Journal of Latin American Studies, São Paulo, Brasil, v. 1,

n. 1, p. 1–26, 2002. Disponível em DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2002.81745. Acesso em: 23 jul. 2024.

BURNETT, A., MARANHÃO, P. **Desenvolvimento regional: Reflexões sobre o caso da SUDENE.** *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, 2(25), 2021. Disponível em: https://doi.org/10.36066/compcs.v2i25.12577 Acesso em: 23 jul. 2024.

CIDIN, R. da C. P. J. SILVA, R. S. PEGADA ECOLÓGICA: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ANTRÓPICOS NO MEIO NATURAL. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1):43-52, junho - 2004 (ISSN 1678—698X) – Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

CONSTANTINO, M.; DA COSTA, R. B..; BOLSON, D. S.; MENDES, D. **Mato Grosso do Sul na Rota do Crescimento: uma investigação sobre as potencialidades impulsionadas pela Rota Bioceânica.** Interações (Campo Grande), *[S. l.]*, v. 24, n. 4, p. e2444195, 2023. DOI: 10.20435/inter.v24i4.4195. Disponível em: https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4195. Acesso em: 16 jun. 2024.

COSTA , R.; PIRES COSTA, T. MAGERA CONCEIÇÃO, M.; TELESI PACHECO CONCEIÇÃO, J. **ESG – Os pilares para os desafios da sustentabilidade.** RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, *[S. l.]*, v. 3, n. 9, p. e391920, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i9.1920. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1920. Acesso em: 25 jul. 2024.

COSTA, E.; FEREZIN, N. B. **ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas.** Revista Alterjor, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 79–95, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v24i2p79-95. Acesso em: 23 ago. 2024.

DIAS, L. M. ; LAMBERTI, E. O desenvolvimento local e os PPA'S (Planos Plurianuais): uma análise da cidade de Ponta Porã no período de 1998-2021. In: Luis André Padilha Muriel Pinto. (Org.). 1.º SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO PPG EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIPAMPA: Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional em espaços de fronteira. 1ed.Bagé / RS: MC&G, 2022, v. 1, p. 73-82.

DOURADO NETO, Durval et al. Índice de desenvolvimento rural sustentável. Agricultura irrigada no Brasil: ciência e tecnologia. Tradução. Piracicaba: ESALQ, 2022. p. 397 : il. Disponível em: https://doi.org/10.11606/9786587391236. Acesso em: 11 nov. 2024.

FIALHO, P. C. da S. C. Rota de Integração Latino-Americana (RILA): geopolítica, integração e possibilidades. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2024.

FONTOURA, F. B.; TENÓRIO, F. G.; ALLEBRANDT, S. L. A. **O pensamento da Cepal para o desenvolvimento regional: interfaces com a gestão social**. *Revista Brasileira de*

Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 19, n. 2, p. 1-20, mai-ago. 2023. Disponível em:https://doi.org/10.54399/rbgdr.v19i2.6476. Acesso em: 15 jun. 2024.

GOMES, A. A. M. A**s potencialidades da agenda ESG no fomento de interações entre o público e o privado: o caso da parceria para a recuperação da restinga das praias de Ipanema e Leblon, no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,** 16 ago. 2023. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/65119/65119.PDF Acesso em: 25 jul. 2024.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. **Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200007 Acesso em: 27 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Agenda 2030 - ODS - Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2019. Disponível em https://www.ipea.gov.br/ods.

MATO GROSSO DO SUL**.** Plano Plurianual 2024-2027. Campo Grande: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11351_14_12_2023_SUP_1 Acesso em: 5 nov. 2024.

MENDES, J. M. G**.** Dimensões da sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 7, n. 2. 2010. Disponível em: https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revusc/article/view/135 Acesso em: 26 jul. 2024.

MISSIO, F.J. JAYME JR, F.G. Estruturalismo e Neoestruturalismo: Velhas questões, novos desafios. Revista História Econômica & História de Empresas. 2011. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/fabricio-j.%20Missio,%20Frederico%20G#:~:text=O%20neoestruturalismo%20considera%20necess%C3%A1rio%20desenvolver,papel%20comum%20da%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional. Acesso em dez.2024.

SILVA, A.P. Desenvolvimento e Segurança Alimentar: algumas considerações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Ponta Porã, UEMS: 2021.

---

i